

Brady quer bancos ajudando a reduzir dívidas

Externo

Os banqueiros comerciais devem contribuir para reduzir a dívida do Terceiro Mundo — conclamou ontem em Madri o secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Nicholas Brady, na abertura da Conferência Monetária Internacional. Sua tese é simples: uma redução de peso é essencial — não se vai melhorar a dívida agregando-lhe outras.

Brady disse que se oferecem agora duas alternativas: seguir adiante com a nova estratégia — que reconhece realidades mais atuais — ou continuar com a velha. A primeira, segundo ele, favorece os interesses de longo prazo dos bancos, por se articular em diversos planos: redução da dívida e dos juros sobre ela e o dinheiro novo; os bancos poderão lançar novos títulos, consideravelmente mais sólidos; e as reduções só serão concedidas no âmbito de rigorosos programas econômicos, que melhorarão a capacidade de pagamento; apoiados pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional, os países devedores favorecerão as inversões estrangeiras e o regresso de capitais levados ao Exterior. Conclusão de Brady: os títulos dos bancos serão um pouco inferiores mas melho-

res, e permitirão um melhor pagamento dos juros.

Os banqueiros não gostaram muito da exortação. "É um pouco injusto dizer que a redução da dívida pelos bancos comerciais é a resposta do problema", rebateu Fop Hoogendijk, do Amsterdam-Rotterdam Bank NV.

A via pregada por Brady também foi refutada em Washington, ao menos para certos países, segundo argumentou o principal analista do Conselho de Desenvolvimento de Ultramar, Richard Feinberg.

Seus argumentos: 1) só em alguns casos extremos o excessivo endividamento é realmente um obstáculo para reiniciar o crescimento; 2) a redução não deveria ser a peça central de uma política global: como será virtualmente impossível conceder reduções em grande escala, o Plano Brady criou as condições políticas e morais para moratórias generalizadas; 3) o Plano Brady desestimula novos empréstimos sem assegurar que poderá obter redução em escala adequada, e a consequência disso é que o efeito líquido nos fluxos financeiros arrisca ser negativo para os devedores.